



P.B. CASTRO LEILÕES

Plínio Barroso de Castro Filho

Leiloeiro Judicial e Depositário Judicial Particular – Mat. JUCEPAR 668

Rua Jacarezinho, 1257 – 1º. andar

CEP 80.810-130 – Curitiba – Paraná

Fone (41) 3029-8555 – Fax (41) 3029-8555

www.pbcastro.com.br - leiloes@pbcastro.com.br

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO:

Dia 10 de agosto de 2.022, às 10:00 horas	Será oferecido o bem pela melhor oferta.
Dia 25 de agosto de 2.022, às 10:00 horas	Haverá um novo Leilão, no mesmo endereço e nas mesmas condições, caso o bem não tenha sido vendido na data anterior.
NÃO HAVENDO EXPEDIENTE NAS DATAS ACIMA OS LEILÕES SERÃO EFETUADOS NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQÜENTE.	

EXCLUSIVAMENTE NO SITE:	pbcastro.com.br – Fone (41) 3029-8555
-------------------------	---------------------------------------

PLÍNIO BARROSO DE CASTRO FILHO, Leiloeiro Judicial, registrado na JUCEPAR sob o número 668 e devidamente autorizado e designado pelos Sr. Drs. Juizes do Trabalho, em exercício no **VARA DO TRABALHO DE CAMPO LARGO**, do Tribunal Regional do Trabalho, 9ª Região, para realizar os atos expropriatórios através de hasta pública, venderá em Público Leilão, conforme art. 888 da CLT, nos dias e hora local supracitado, e/ou de forma online no site pbcastro.com.br conforme preconiza o artigo 30 do ATO CONJUNTO PRESIDÊNCIA –CORREGEDORIA N.01, DE 8 DE JUNHO DE 2020 os bens objeto de penhora das ações trabalhistas, no estado de conservação em que se encontram, sendo que na primeira data, os bens serão oferecidos pelo valor da avaliação, não havendo licitantes, os bens serão oferecidos pela melhor oferta e, os bens não vendidos na primeira data, serão novamente oferecidos nas mesmas condições da primeira data. Sendo os processos e os bens a seguir descritos: **VARA DO TRABALHO DE CAMPO LARGO: ATOrd 0000725-46.2013.5.09.0005 JOSE ROSA DOS SANTOS x VNK PRE-MOLDADOS LTDA E OUTROS** Cota-parte medindo 10.000m² do imóvel Matrícula 31.476 do cartório de Registro de Imóveis de Campo Largo | IMÓVEL: Área de terreno rural, designada pela letra "C", da Planta de Divisão Amigável arquivada sob n. 18.620 n/Ofício, situada no lugar denominado "BOLINETE/FERRARIA", neste Município e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, confrontando com o a área B onde mede 151,45m rumo 08°09'NE, segue dividindo com terras da Família Almeida Torres na distância de 181,70m rumo 53°53'NE, limita com João Dallagrana por duas linhas que medem 86,20m rumo 81°54'SE e 232,50m rumo 05°37'SO; finaliza por uma linha demarcada na distância de 231,30m rumo 86°40'SO onde limita com Silvío Dallagrana e Jorge Wosniak; perfazendo a área superficial de 48.400,00m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias. CONTENDO UMA FAIXA NÃO EDIFICAVEL COM LARGURA DE 30,00M PARALELA AOS CURSOS DOS CORREGOS EXISTENTES. Características, limites e confrontações constantes na referida matrícula. Linhas divisórias da cota-parte ora penhorada constam na decisão juntada no Id 44e9ef4, assim: "(...) quem olha de frente na entrada principal, mede-se do lado esquerdo divisa com confrontante Família Almeida Torres aproximadamente 40,00m até após a casa do caseiro e em linha paralela ao confrontante acima citado, segue-se uma linha em direção aos fundos até a divisa da área do vizinho Sr. João Dallagrana." Benfeitorias não averbadas: -Casa principal construída em alto padrão com aproximadamente 420,00m², 04 vagas de garagens cobertas, amplo salão de festas anexo à churrasqueira. Sala de estar com 3 ambientes, cozinha, lavanderia, 3 suítes e um amplo escritório. Aquecimento à gás. Poço artesiano. Piscina com vestiário e jardim com iluminação. –Casa de hóspedes com aproximadamente 120m², com 05 suítes; casa do caseiro, um pomar com várias espécies frutíferas, uma grande área livre e gramada, horta e canil. Avaliação: R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Os leilões serão regidos de acordo a Lei 21.981/32, pela CLT e subsidiariamente pelo CPC. Os bens móveis estarão na semana que antecede ao leilão, a disposição para a vistoria dos senhores interessada, no endereço do leiloeiro e ou no endereço dos seus atuais depositários, sendo que os endereços estão nos Escritórios do Leiloeiro à disposição dos interessados. Já os bens imóveis estarão à disposição dos interessados para vistoria, desde que anteriormente agendados o dia e a hora junto ao Leiloeiro. Nos termos da nova redação do Art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria - Geral da Justiça do Trabalho, determina a alienação de bem(ns), e por ordem judicial, faz-se constar expressamente do edital, além dos requisitos do art. 886 do CPC, a isenção do arrematante/alienante dos débitos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art. 130, parágrafo único, do CTN), (Incluído pelo Ato N° 10/GCGJT, de 18 de agosto de 2016), bem como o que determina o Artigo 908 § 1º do CPC e ainda, segundo o artigo 18 da Resolução n° 236 do CNJ Conselho Nacional de Justiça, os bens serão vendidos ad-corporis, ou seja, no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para alienação judicial. Também com fundamento no artigo 29 da Resolução n° 236 do CNJ Conselho Nacional de Justiça, às despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte patrimonial e transferência dos bens correrão por conta dos arrematantes. Alguns bens poderão ter a sua venda parcelada, conforme o Provimento 01/2005 e Provimento Geral da Corregedoria Regional do TRT 9ª Região. Ficam através deste edital intimadas as partes, os cônjuges, os credores hipotecários, os arrematantes e terceiros interessados. Cientes, também, que no ato da adjudicação, ou remição ou acordo entre as partes, serão cobrados os serviços do Leiloeiro, de armazenagem, do depositário judicial e as remunerações conforme Ordem de Serviços emitida pela Justiça do Trabalho TRT 9ª Região, das despesas informadas na Comunicação de Leilão e o Decreto Federal n° 21.981/1932, no Art. 22, alínea f. De acordo com a redação do artigo 7º da Resolução n° 236 do CNJ/Conselho Nacional de Justiça, além da comissão sobre o valor de arrematação, a ser fixada pelo magistrado (art. 884, parágrafo único), no mínimo de 5% (cinco por cento) para pagamento à vista, sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto 21.981/1932), a cargo do arrematante, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas de remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmentemente comprovadas, na forma da lei. A comissão de Leilão, cujo resultado for positivo, sempre será devida ao Leiloeiro Oficial, pelo ATO PRATICADO (Decreto Federal N° 21.981/32), assumindo, conforme o caso, o arrematante, o adjudicante ou o remetente, o ônus desta despesa. Caso os Exequentes, Executados, Credores hipotecários, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão, da data de Praça e Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, valerá o presente Edital de INTIMAÇÃO DE PRAÇA E LEILÃO, e os meios com fulcro no Artigo 888 da CLT e nos Artigos 272, 273, 274 e 275 da Lei 13.105/2015. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial. O prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação, como embargos ou recursos, começará a contar após a Hasta Pública, independentemente de intimação. Curitiba, 15 de julho de 2022 – Plínio Barroso de Castro Filho – Leiloeiro Judicial.